



CONVENIAMENTO ENTRE SME (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO) E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARTICULARES DE ITAJAÍ: CONHECENDO A REALIDADE DESSAS CONTRATADAS

Victoria Rocha Axt Poleza, Valeria Silva Ferreira

Educação - Tópicos Específicos de Educação

No contexto mundial o fenômeno de privatização da educação pública tem ocorrido sob diferentes configurações, esta é uma evidência trazida por pesquisas produzidas no Brasil. Com o advento da municipalização do ensino fundamental e as possibilidades do FUNDEB e outros motivos não identificados, levam as secretarias municipais a aderirem a parcerias educativas com instituições privadas. Atualmente a estratégia utilizada para os governos municipais atenderem a demanda reprimida de vagas na Educação Infantil é a compra de vagas nas instituições particulares. Esta pesquisa problematizou: Como se deu o processo de expansão de vagas da educação infantil públicas em escolas privadas no município de Itajaí em 2021 e 2022? A parceria entre o público e o privado é característica do Estado moderno, diferenciando-se nos anos 70 e consolidando-se nos anos 80 e expandindo-se para todo o mundo a partir da década de 90. Objetivamos mapear a situação do município de Itajaí, Santa em relação a compra de vagas em Centros e educação infantil particulares para as crianças via conveniamento. Trata-se de uma pesquisa documental. As escolas foram identificadas em sites ou similares e por meio de indicação do conselho municipal de educação de Itajaí. Foram 37 unidades conveniadas e em 2021 houve um momento de excepcionalidade, por conta da pandemia da pandemia de corona vírus (COVID-19), e o consequente não cumprimento de contratos firmados na área da educação, fez o Município de Itajaí estudar medidas legais para preservar convênios vigentes. Neste sentido, a administração municipal firmou um novo contrato emergencial com creches particulares que prestam atendimento a crianças matriculadas na rede municipal de ensino na educação infantil. A proposta, aceita por todos os 37 conveniados, busca dar sequência a pelo menos parte da prestação do serviço nesta situação de isolamento social e, com isso, garantir a continuidade das matrículas das crianças, possibilitando que essas unidades mantenham vínculos empregatícios de profissionais que atuam na rede terceirizada. Neste momento, os estudantes foram atendidos na modalidade de aulas não presenciais, por meio da plataforma de estudos online desenvolvida pela Secretaria de Educação. Foram 3.400 vagas contratadas pela Secretaria de Educação para atender gratuitamente crianças de zero a cinco anos em diversos bairros da cidade. O novo contrato, que estabelece repasses, em média, de 1/3 do valor anteriormente praticado, determina aulas não presenciais e prioriza recursos para a manutenção das matrículas das crianças. A medida auxiliará as conveniadas a honrar despesas com folha de pagamento e demais tributos trabalhistas, visto que outros custos operacionais, como materiais de uso direto para a atividade fim (alimentação, por exemplo) e outros gastos (fraldas, produtos de limpeza, água, energia elétrica etc) estarão ausentes ou foram minimizados com a paralisação. Em 2022 o ato de conveniamento que era uma ação emergencial continuou aumentando. Passou de 37 escolas conveniadas para 57. O



bairro com maior número de conveniadas é o bairro São João com 9 escolas seguidos por Cordeiros e Espinheiros com 7. Observamos uma crescente de escolas que expandiram seus serviços para receberem o dinheiro público, como é o caso da “Recanto do Saber” com 11 unidades conveniadas. Por terem um caráter privado é impossível acessar as informações sobre essas escolas e o conselho não disponibiliza muito informação, já que cabe a secretaria de educação fazer a fiscalização delas. Ao que parece escolas estão sendo criadas somente para receber as crianças do convênio, já que o lucro e o recebimento são certos. Segundo o conselho essas escolas “deveriam” funcionar nas mesmas obrigações de terem professores formados e atendimento de qualidade que as escolas municipais. A questão que fazemos é: com aumento crescente das conveniadas, a secretaria de Educação tem conseguido fiscalizar e acompanhar as questões pedagógicas necessárias a qualidade da educação de nossas crianças? Será que as crianças do convênio recebem o mesmo tratamento e materiais que as outras crianças. A efetivação da iniciativa privada na atividade educacional do Estado não tem demonstrado grandes avanços para a democratização da educação em todo o país, que sofre amargamente com a desigualdade social e com as gestões municipais repassando suas obrigações educativas para a iniciativa privada.

Palavras-chave: Educação infantil; políticas públicas; convênio

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI